ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CEDD/GO, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2026. Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e vinte e três minutos (14h23min), iniciou-se a 28ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CEDD/GO, realizada em formato híbrido, por meio da plataforma Microsoft Teams, acessível pelo link: https://teams.microsoft.com/meet/271533546506992?p=YgYZ0TsV2bAghsTdTQ e de forma presencial, no Auditório da Unidade de Integração e Referência Social Maria Xavier Caiado, situado na Avenida Anhanguera, nº 3.463, Setor Leste Universitário, Goiânia/GO. O Presidente Audier Silva Gomes agradeceu a presença de todos e todas e, após a verificação das presenças e a constatação do quórum regimental, declarou aberta a sessão, dando início aos trabalhos da 28ª Reunião Ordinária do CEDD/GO. Na sequência, o Engenheiro Pedro Maranhão procedeu à leitura da Ordem do Dia, composta pelos seguintes itens: I – Abertura e verificação de quórum; II – Comunicações da Presidência; III – Ordem do Dia: a) Apreciação e aprovação da ata da 27ª Reunião Ordinária do CEDD/GO, realizada em 29 de abril de 2026; b) Apresentação da Comissão de Fiscalização acerca da adoção de medidas de acessibilidade na 79ª Exposição Agropecuária de Goiânia; c) Discussão sobre o Passe Livre da Pessoa com Deficiência e providências relacionadas à adoção de medidas administrativas e operacionais; d) Falas das Conselheiras Ana Paula e Elizabeth Mendes, com apresentação de informações referentes à 1ª Reunião do Grupo de Trabalho responsável pela discussão e elaboração do Plano Estadual de Políticas Públicas para a Pessoa com Deficiência, conduzido pela Gerência de Inclusão da Pessoa com Deficiência – GIPD, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS. IV – Expediente e manifestações dos conselheiros presentes; V – Encerramento. Conselheiros presentes: 1. Audier Silva Gomes, Presidente – Representante da Política Estadual de Turismo; 2. Vice-Presidente Aldenor Carneiro dos Santos – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Visual – ADVEG; 3. Wilma Aparecida Duarte de Melo – Representante da Política Estadual de Assistência Social – SEDS/SUAS; 4. Suely Marques Rosa –Representante da Política Estadual de Saúde – GAE/SPAIS/SES-GO; 5. Sirlon de Almeida Santos – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Visual – ADVEG; 6. Sweyka Brandão – Representante da Política Estadual de Cultura – SECULT-GO; 7. Roger Danillo Barcellos Santos Medeiros – Representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA/GO; 8. Berlânia Sandra Gonçalves – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Auditiva – AMDASGO; 9. Elizabeth Mendes Ramos – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Física – AOG; 10. Carlos Eduardo Alves e Souza – Representante das Entidades não governamentais Prestadoras de Serviço às Pessoas com Deficiência – VILA SÃO COTTOLENGO; 11. Mary Milane Pena Nedino – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Intelectual – FEPESTALOZZI (Federação das Associações Pestalozzi do Estado de Goiás); 12. Patrícia Gomes Fleuri Cunha – Representante da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI-GO; Registra-se, ainda, a presença dos Conselheiros Suplentes, em substituição aos

respectivos titulares: 13. João de Deus de Faria Carvalho Júnior – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Intelectual – APABB; 14. Warleysclene da Silva Santos – Representante da Política Estadual de Atenção à Pessoa com Deficiência – SEDS/GEPDPD; 15. Aílton Rocha da Silva – Representante da Política Estadual de Orçamento e Finanças Públicas – ECONOMIA-GO. Registrou-se a ausência de 11 (onze) conselheiros titulares e suplentes. Registra-se que, até o início da reunião, não havia sido encaminhada ao e-mail institucional do CEDD/GO nenhuma justificativa de ausência por parte dos conselheiros. Registra-se, ainda, a presença da Conselheira Suplente Maria Gorete da Silva Rodrigues. Também estiveram presentes os seguintes convidados: Mariana Diniz, representante do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios (MPC/TCM); Pedro de A. Maranhão, representante do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM); Catharina R. Caiado Caicheta, representante do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM); José Henrique C. Raimundo, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS); Ana Paula F. de Aguiar Gratão, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Trindade/GO; e Mickaelly Cristina da Silva, Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Uruaçu/GO. Para garantir a acessibilidade comunicacional durante a reunião, foram disponibilizados os intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), Jorge Francisco da Silva e Valquíria Lima da Silva Souto, profissionais habilitados e vinculados à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS), responsáveis pela interpretação simultânea dos conteúdos apresentados. A atuação dos intérpretes assegurou a comunicação bilíngue e o acesso pleno às informações pelos participantes surdos, em conformidade com os princípios de acessibilidade, inclusão e garantia de direitos. Secretariaram os trabalhos da Mesa Diretiva os servidores Edilma Sales dos Santos (participação on-line), Jesuíta Socorro Silva e Maurício Marinho de Jesus. O Presidente Audier Silva Gomes agradeceu à equipe da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Goiás – SEDS pelo apoio prestado na disponibilização dos equipamentos necessários para a transmissão da 28ª Reunião Ordinária do CEDD/GO. Destacou que a presente reunião estava sendo realizada na sede do Conselho, após um longo período de reforma do prédio, cujas atividades foram retomadas em março de 2026. Na sequência, registrou que alguns membros não puderam participar da reunião em razão de compromissos previamente agendados pelo FIMTPODER, cuja programação coincidiu com a data da reunião ordinária do Conselho. Ressaltou a importância de que o FIMTPODER adote medidas de planejamento que evitem conflitos de agenda com o calendário de reuniões do CEDD/GO, a fim de assegurar a participação dos conselheiros que integram ambas as instâncias. Salientou, ainda, que o calendário anual de reuniões do Conselho é aprovado na primeira reunião ordinária de cada exercício e posteriormente encaminhado às instituições competentes para conhecimento e organização de suas atividades. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente informou que as alterações e contribuições encaminhadas pela Conselheira Suely Marques Rosa ao e-mail institucional do Conselho foram devidamente analisadas e incorporadas à ata da 27ª Reunião Ordinária do CEDD/GO, realizada em 29

de abril de 2026. Em seguida, submeteu a referida ata à apreciação da Plenária, consultando os conselheiros acerca da necessidade de inclusão, supressão ou alteração de algum ponto do documento. Também questionou se havia manifestação contrária à sua aprovação ou eventual intenção de abstenção por parte dos membros presentes. Não havendo manifestações quanto aos questionamentos apresentados, a ata da 27ª Reunião Ordinária foi considerada aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. Ato contínuo Presidente Audier, dando prosseguimento aos trabalhos, passou ao segundo item da pauta, referente à leitura do relatório elaborado pela Comissão de Fiscalização do CEDD/GO acerca das visitas técnicas realizadas em parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás – TCM-GO, o Ministério Público de Contas, a Comissão de Acessibilidade da OAB-GO e o CREA-GO. O relatório trata das ações de fiscalização realizadas durante a 79ª Exposição Agropecuária de Goiânia, ocorrida no período de 14 a 24 de maio de 2026, com foco na verificação das condições de acessibilidade e inclusão no evento. Para a apresentação do referido relatório, foram convidados a compor a mesa o engenheiro Pedro Maranhão e a arquiteta Catarina Caiado, membros da Comissão de Fiscalização do CEDD/GO. Com a palavra, o secretário da Comissão de Fiscalização, Pedro Maranhão, informou que os trabalhos desenvolvidos pela comissão contaram com a participação de todos os seus membros, bem como de convidados que colaboraram na execução das atividades propostas. Relatou que as ações tiveram início em 06 de março de 2026, com a realização de reunião junto aos representantes do CREA-GO, com o objetivo de discutir as condições de acessibilidade no Parque Agropecuário de Goiânia. Informou, ainda, que, como segunda medida, foi encaminhado ofício à Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura – SGPA, solicitando, em caráter de urgência, a realização de reunião para tratar das condições de acessibilidade do referido espaço. Em resposta, a SGPA informou que as discussões sobre o tema ocorreriam durante audiência pública agendada para o dia 15 de abril de 2026, na Câmara Municipal de Goiânia, por iniciativa do vereador Willian Veloso. A Comissão participou da referida audiência juntamente com diversas entidades representativas da sociedade civil. Como resultado da audiência pública, foi deliberada a constituição de um grupo de trabalho integrado por representantes do CEDD/GO e de outras entidades interessadas, sendo definida a realização de reunião na sede da SGPA, acompanhada de visita técnica às instalações do Parque Agropecuário de Goiânia, no dia 20 de abril de 2026. Participaram da visita os senhores Audier Silva Gomes, Cairo José Guimarães, Catarina Caiado, Pedro Maranhão e Rouger Danilo. Durante a inspeção, constatou-se que ainda não havia estruturas montadas para a realização do evento. Na oportunidade, foram propostas medidas de adequação voltadas à acessibilidade, bem como realizada vistoria preliminar, ocasião em que foram apresentadas sugestões de melhorias destinadas à garantia da acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência. Ficou acordada a realização de nova vistoria após a montagem das estruturas temporárias. Em 12 de maio de 2026, a Comissão retornou ao local para nova inspeção. Na ocasião, verificou-se que as estruturas provisórias ainda não haviam sido instaladas, impossibilitando a avaliação do cumprimento das normas de acessibilidade, com exceção do Centro de Apoio destinado às Pessoas com Deficiência,

espaço voltado ao acolhimento, descanso, orientação e prestação de informações aos visitantes. A arquiteta Catarina Caiado destacou que a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA), em conjunto com a empresa Bahrem Eventos, disponibilizou em suas redes sociais um mapa indicativo dos espaços acessíveis existentes no Parque Agropecuário de Goiânia. Ressaltou que a iniciativa teve por objetivo orientar os visitantes quanto à localização desses espaços em toda a extensão do parque, atendendo a determinação da Defensoria Pública do Estado de Goiás referente ao mapeamento e à divulgação das áreas acessíveis destinadas às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Informou, ainda, que esse mapeamento serviu como ponto de partida para a verificação das condições de acessibilidade do evento, direcionando a análise técnica da Comissão quanto ao cumprimento dos requisitos previstos nas normas de acessibilidade vigentes. A partir dessas referências, foram realizadas as inspeções e avaliações dos espaços identificados, com o objetivo de verificar a efetiva aplicação das medidas de acessibilidade e a garantia de condições adequadas de circulação. Engenheiro Pedro Maranhão, destacou que a abertura oficial do evento ocorreu em 14 de maio de 2026, mas a vistoria final ocorreu em 15 de maio de 2026, no período das 16h às 19h, quando a 79ª Exposição Agropecuária de Goiânia já se encontrava em pleno funcionamento. A ação foi conduzida pela Comissão de Fiscalização do CEDD/GO, em conjunto com representantes da Comissão Permanente de Acessibilidade nos Municípios do Ministério Público de Contas e da DOS Comissão dos DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CDPCD) e a Subcomissão de Acessibilidade da OAB-GO. A vistoria foi realizada com base no mapa de acessibilidade divulgado pelos organizadores do evento, o qual indicava os principais pontos considerados acessíveis no Parque de Exposições Agropecuárias de Goiânia. Durante a inspeção, a equipe percorreu os locais identificados no referido mapa, verificando as condições de acessibilidade anunciadas ao público. Entre os espaços vistoriados destacam-se: O site Meu Bilhete exigia, obrigatoriamente, a realização de cadastro e biometria facial para a retirada do ingresso gratuito destinado às pessoas interessadas em participar do evento. Contudo, o sistema não oferecia recursos de acessibilidade adequados para as pessoas com deficiência, dificultando ou impedindo o acesso desse público ao processo de emissão dos ingressos; a portaria central destinada ao acesso das pessoas com deficiência; a área reservada para embarque e desembarque; a praça de alimentação, com indicação de rotas acessíveis; os sanitários acessíveis; a arena de shows, com área elevada exclusiva destinada às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; e a Sala de Apoio à Pessoa com Deficiência, que, segundo informado pelos organizadores, disponibilizava intérprete de Libras para atendimento, orientação e fornecimento de informações sobre os espaços acessíveis do evento. Observou-se, ainda, que os locais identificados como acessíveis encontravam-se sinalizados por meio de bandeiras contendo o Símbolo de acessibilidade, com a finalidade de facilitar sua localização pelos visitantes. Na oportunidade, procedeu à análise das estruturas instaladas, apresentando os principais pontos observados e registrando recomendações e apontamentos relacionados às condições de acessibilidade do evento, conforme os encaminhamentos constantes do relatório apresentado. Engenheiro Pedro Maranhão

expôs as diversas dificuldades enfrentadas pela Comissão de Fiscalização no desenvolvimento dos trabalhos de vistoria e acompanhamento das adequações de acessibilidade nos espaços destinados à realização do evento. Relatou que, durante as ações de fiscalização, observou-se por parte da SGPA e da empresa Bahrem Eventos uma aparente disposição em colaborar com as demandas apresentadas pela Comissão. Contudo, na prática, foram verificadas poucas ações efetivas para a implementação das adequações de acessibilidade apontadas. Ressaltou, ainda, que a empresa organizadora Bahrem Evento, recebeu recursos públicos, tanto do Estado quanto do Município, circunstância que reforça a necessidade de observância integral da legislação vigente em matéria de acessibilidade. Informou que, durante a vistoria realizada no parque, esteve presente o proprietário da empresa Bahrem Eventos, que acompanhou todo o trabalho da Comissão de Fiscalização, tomando conhecimento dos pontos que necessitavam de adequação para garantir a acessibilidade dos espaços. Na ocasião, o responsável comprometeu-se a promover as intervenções necessárias. Também participou da visita o advogado da SGPA, que afirmou que todas as exigências legais seriam atendidas. Entretanto, segundo o relato do Engenheiro, ficou evidenciada uma resistência ao atendimento das solicitações formuladas pela Comissão, gerando situações de constrangimento e dificultando a efetivação das medidas recomendadas. Destacou que as adaptações implementadas pela organização do evento corresponderam apenas ao que seus responsáveis entenderam como suficiente, permanecendo até o encerramento do evento sem que fossem realizadas as adequações indicadas pela Comissão de Fiscalização. Por fim, registrou que houve pouca efetividade na resolução dos apontamentos realizados pela Comissão nos locais considerados acessíveis, permanecendo diversas inconformidades relacionadas à acessibilidade durante todo o período de realização do evento. Informou, ainda, que o relatório foi encaminhado à Defensoria Pública do Estado de Goiás para conhecimento e adoção das providências que entender cabíveis. A Arquiteta Catarina Caiado ressaltou que a ação de fiscalização proporcionou importantes aprendizados para todos os envolvidos. Relatou que, desde a audiência pública que tratou do tema, sua percepção era de que a organização do evento deveria contemplar, desde o planejamento, os recursos de acessibilidade necessários. Destacou que, após a primeira visita ao Parque Agropecuário, observou-se, inclusive por meio de manifestações em redes sociais, uma tentativa de transferência de responsabilidade quanto à implementação das medidas de acessibilidade, quando, na realidade, tal responsabilidade compete aos organizadores do evento. Esclareceu que o papel da Comissão de Fiscalização consiste em identificar, apontar e acompanhar os espaços e serviços que devem atender aos critérios de acessibilidade, não cabendo à comissão a execução das adequações. Destacou, ainda, que a experiência demonstrou a necessidade de melhor planejamento das futuras visitas técnicas, inclusive quanto à definição prévia dos participantes e de suas atribuições, a fim de evitar divergências entre avaliações informais e validações técnicas. Ressaltou que a conformidade das condições de acessibilidade deve ser aferida por profissionais habilitados, especialmente engenheiros e arquitetos com conhecimento das normas técnicas e da legislação aplicável,

garantindo a correta validação das estruturas e serviços oferecidos ao público. Salientou, por fim, que a não observância das normas de acessibilidade pode acarretar responsabilização compartilhada entre os organizadores do evento, os agentes públicos que, eventualmente, tenham validado as condições de acessibilidade sem a devida observância dos requisitos legais e normativos vigentes. O Engenheiro Pedro Maranhão considerou necessária a adoção de medidas mais efetivas junto ao Poder Público Municipal, tendo em vista que a Prefeitura possui competência para fiscalizar e, se necessário, suspender a realização de eventos públicos que não observem os requisitos de acessibilidade previstos na legislação vigente. Ressaltou, ainda, a importância da atuação conjunta de órgãos como o Ministério Público e a Defensoria Pública na defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Destacou que o CREA-GO já realizou 41 ações de fiscalização no Parque Agropecuário, as quais resultaram na elaboração de 41 relatórios técnicos encaminhados à Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura – SGPA. Contudo, segundo informou, até o momento não foram constatadas medidas efetivas voltadas à implementação das adequações de acessibilidade apontadas nos referidos documentos. O Presidente Audier retomou a condução dos trabalhos, ouvindo os apontamentos e encaminhamentos apresentados pelos conselheiros. Após as discussões e os devidos alinhamentos, a plenária deliberou pelo seguinte encaminhamento: a Mesa Diretiva do CEDD/GO convocará os Presidentes e Secretários das Comissões Permanentes de Políticas Públicas, Fiscalização e Estudos e Legislação, com o objetivo de debater e definir as medidas a serem adotadas em razão das situações de inacessibilidade identificadas durante a realização da Pecuária de Goiânia. Deliberou-se, ainda, que, após a conclusão dos trabalhos das referidas comissões, será realizada reunião extraordinária ou ordinária do colegiado para apresentação das medidas propostas e discussão acerca das possíveis responsabilizações dos envolvidos na organização do evento, incluindo a SGPA, a empresa responsável pela produção do evento e os agentes públicos que, eventualmente, tenham validado as condições de acessibilidade dos espaços indicados no mapa divulgado pela organização em suas redes sociais, os quais, conforme apontado no relatório de fiscalização, não atendiam integralmente às normas de acessibilidade vigentes. A plenária ressaltou a necessidade de apuração das responsabilidades administrativas, técnicas e institucionais relacionadas às inconformidades identificadas, visando à adoção das providências cabíveis e à prevenção da repetição de situações semelhantes em eventos futuros. Informou-se, por fim, que o Relatório de Fiscalização integrará a presente ata como anexo e permanecerá disponível nos arquivos do CEDD/GO para consulta e leitura pelos conselheiros e demais interessados. O Presidente Audier, dando continuidade ao próximo item da pauta, tratou da avaliação do Passe Livre, destacando a necessidade de elaboração, por parte do Conselho, de um documento a ser encaminhado à Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos – CMTC, solicitando a ampliação do número de viagens disponibilizadas às pessoas com deficiência beneficiárias do programa. Esclareceu, contudo, que a validação e o fortalecimento dessa solicitação dependem da participação e do envolvimento das entidades representativas, as quais deverão fornecer subsídios e informações que comprovem as dificuldades

enfrentadas pelos usuários em razão das limitações atualmente impostas ao Passe Livre. Tais elementos serão fundamentais para embasar tecnicamente o pleito de ampliação do quantitativo de viagens, considerando que a legislação vigente não estabelece limitação nesse sentido. Conforme relatado pelas entidades presentes, a realidade vivenciada pelas pessoas com deficiência na utilização do transporte coletivo não reflete os argumentos apresentados pela REDEMOB. Ressaltou-se, ainda, que o tema já havia sido objeto de debate com representantes da concessionária, conforme registrado na ata da 27ª Reunião Ordinária deste Conselho. A palavra foi concedida ao Conselheiro Sirlon, que destacou que, embora algumas pessoas com deficiência não utilizem a totalidade das seis viagens diárias disponibilizadas pelo Passe Livre, tal circunstância não justifica a imposição de limites ao benefício, uma vez que a legislação vigente não estabelece qualquer restrição quanto ao número de deslocamentos necessários para garantir o exercício pleno do direito à mobilidade. Em seguida, o Conselheiro Aldenor considerou que limitações semelhantes são previstas apenas nas legislações que regulamentam o transporte interestadual e intermunicipal, as quais determinam a reserva de dois assentos por veículo para pessoas com deficiência. Ressaltou que a CMTC e a REDEMOB não possuem competência para criar normas restritivas ao direito de acesso ao Passe Livre, sob pena de incorrerem em ilegalidade. Acrescentou que a manutenção dessa limitação ao longo dos anos decorre, em parte, da ausência de questionamentos mais efetivos por parte das entidades representativas das pessoas com deficiência. Conselheiro enfatizou, ainda, a necessidade de evitar que pessoas com deficiência sejam expostas a riscos desnecessários em razão da limitação do Passe Livre, citando "situações em que pessoas com deficiência são obrigadas a realizar longos deslocamentos ou atravessar vias com intenso fluxo de veículos, expondo-se a riscos e dificuldades desnecessárias. Tais circunstâncias decorrem de falhas na acessibilidade urbana e da insuficiência de sinalização acessível no sistema viário, o que frequentemente exige a realização de percursos mais extensos e, em alguns casos, a utilização de viagens adicionais para que esses usuários consigam acessar seus destinos com segurança e autonomia." Destacou também que aproximadamente 60% do custeio do transporte urbano e semiurbano é financiado pelo poder público, por meio do Estado e dos municípios integrantes da Região Metropolitana, não havendo prejuízo financeiro às empresas concessionárias em razão das gratuidades concedidas, uma vez que estas são compensadas por outras fontes de custeio previstas no sistema. O Engenheiro Pedro Maranhão registrou que participou de reunião com representantes do Instituto de Nanismo, ocasião em que recebeu relatos de pessoas com nanismo que tiveram seus cartões do Passe Livre bloqueados em razão de inconsistências relacionadas ao processo de validação biométrica. Segundo os relatos, ao procurarem uma unidade do SitPass para registrar a reclamação, verificou-se, por meio da consulta às imagens registradas pelo sistema, que havia ocorrido a captura da imagem de terceiros, e não da pessoa titular do benefício. Após a apresentação das justificativas e dos documentos necessários, foi informado o prazo de até sete dias para análise e eventual desbloqueio do cartão. Ressaltou que essa situação tem gerado constrangimento, insegurança e apreensão às pessoas com nanismo, especialmente em razão da baixa estatura gerando dificuldades

para alcançar os validadores instalados nos ônibus, circunstância que pode comprometer a correta identificação dos usuários pelo sistema e resultar em bloqueios indevidos do benefício. Retomando a palavra, o Presidente Audier propôs à plenária a realização de uma articulação junto às entidades representativas das pessoas com deficiência, com o objetivo de promover uma busca ativa de informações acerca das reclamações relacionadas ao Passe Livre e aos bloqueios de cartões registrados junto às unidades do SitPass. Com a anuência da plenária, ficou deliberado que as entidades serão contatadas para levantar dados, relatos e documentos comprobatórios que permitam identificar a frequência e a natureza das ocorrências, bem como subsidiar tecnicamente a elaboração de expediente a ser encaminhado à CMTC e à REDEMOB. O material coletado servirá de fundamento para as manifestações e solicitações do Conselho, especialmente no que se refere à revisão das limitações impostas ao Passe Livre e à adoção de medidas que assegurem o pleno exercício do direito à mobilidade das pessoas com deficiência. Prossegue para próximo assunto da pauta, reiterando que as Conselheiras Ana Paula Fernandes e Elizabeth Mendes, indicadas para representar o CEDD/GO no Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do Plano Estadual de Políticas Públicas para a Pessoa com Deficiência, deverão apresentar informes periódicos ao colegiado acerca do andamento dos trabalhos desenvolvidos. Destacou a importância de manter o Conselho permanentemente atualizado sobre as discussões, propostas, encaminhamentos e deliberações relacionadas à construção do referido Plano, de modo a assegurar o acompanhamento institucional e a participação efetiva do CEDD/GO no processo. Em seguida, a Conselheira Elizabeth Mendes informou que, por meio da Portaria nº 037, de 03 de março de 2026, foi instituído, no âmbito estadual, o Grupo de Trabalho vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, com a finalidade de coordenar, elaborar, discutir e validar o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Goiás. Na sequência, procedeu à leitura da referida Portaria, a qual será anexada à presente ata. Dando continuidade, a Conselheira Ana Paula Fernandes relatou que a primeira reunião do Grupo de Trabalho ocorreu no dia 27 de março de 2026, de forma presencial. Informou que o Senhor Hélio Fogaça, Gerente de Inclusão da Pessoa com Deficiência e responsável pela coordenação do Grupo de Trabalho, disponibilizou um documento orientador para análise dos membros e recomendou o estudo dos Planos Estaduais da Pessoa com Deficiência dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Maranhão, como referências para a construção do plano goiano. Também orientou que cada representante promovesse discussões internas em seus respectivos órgãos e instituições, visando à elaboração de propostas para compor o Plano Estadual. A Conselheira Ana Paula destacou que, diante dessa orientação, ela e a Conselheira Elizabeth adotaram como estratégia a articulação junto à Comissão de Políticas Públicas do CEDD/GO, em conjunto com sua Presidente e demais membros, com o objetivo de estruturar a participação do Conselho na elaboração das propostas. Para tanto, foi agendada reunião da Comissão para o dia 28 de maio de 2026, às 14 horas, em formato on-line. Esclareceu que a principal contribuição do CEDD/GO para o Plano Estadual está relacionada ao fortalecimento do controle social, em consonância com o Plano de Ação

do Conselho para o biênio 2026/2027, estruturado em quatro eixos principais: fortalecimento institucional do Conselho; fortalecimento do controle social; acompanhamento da rede de serviços; e desenvolvimento de campanhas e ações de conscientização. Ressaltou que o objetivo é ampliar a atuação qualificada do controle social junto aos Poderes Executivo e Legislativo, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência. Informou, ainda, que outra ação prioritária consiste em fortalecer a articulação com os municípios, por meio dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência, visando obter contribuições e propostas para subsidiar a elaboração do Plano Estadual. Na oportunidade, relatou que o Gerente Hélio Fogaça apresentou informações acerca dos órgãos que já haviam encaminhado propostas para análise e composição do Plano Estadual. Entre os que já apresentaram contribuições estão a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, cuja proposta ainda demanda complementação relacionada à formação continuada da rede de atendimento das políticas públicas para pessoas com deficiência; a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação; e a Secretaria de Estado da Retomada, com propostas voltadas à empregabilidade. Por outro lado, informou que ainda não haviam encaminhado propostas a Secretaria de Estado da Saúde, a Secretaria de Estado da Cultura, a Secretaria de Estado da Educação e o próprio Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CEDD/GO. Concluiu informando que a próxima reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional está agendada para o dia 08 de junho de 2026. Na sequência, a Conselheira Elizabeth Mendes destacou a importância da participação ativa de todos os conselheiros na construção das propostas a serem encaminhadas ao Grupo de Trabalho, ressaltando a necessidade de um esforço coletivo para garantir que as contribuições reflitam as demandas e prioridades das pessoas com deficiência no Estado de Goiás. Enfatizou, ainda, o papel da Mesa Diretiva em articulação com a Comissão de Políticas Públicas na coordenação dos trabalhos e na consolidação das propostas destinadas à elaboração do Plano Estadual de Políticas Públicas para a Pessoa com Deficiência. Informou que os principais documentos de referência que subsidiarão os estudos e discussões da Comissão serão o Plano de Ação do CEDD/GO 2026/2027, o Relatório Final da V Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Lei Estadual nº 12.695/1995, que dispõe sobre a criação e o funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Goiás. Lei 12.695/1995, que institui o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Goiás. Por fim, solicitou às entidades integrantes do Conselho que apresentem propostas relacionadas ao fortalecimento do controle social, com vistas ao fortalecimento institucional do CEDD/GO, à ampliação e estruturação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e à implementação de processos permanentes de formação continuada para conselheiros e atores envolvidos na promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Retomando a palavra, o Presidente Audier agradeceu as informações prestadas e reiterou às Conselheiras Ana Paula Fernandes e Elizabeth Mendes a importância de apresentarem, na próxima reunião ordinária,

atualizações sobre o andamento dos trabalhos do Grupo, e sobre as propostas em elaboração para composição do Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comunicação dos Presentes. O Presidente Audier Silva Gomes informou que representou o CEDD/GO, juntamente com o Vice-Presidente Aldenor, na solenidade de apresentação do recém-criado Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Itaberaí. O evento foi promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pela Câmara Municipal de Vereadores, com o objetivo de apresentar o novo colegiado à sociedade civil e às instituições locais. Em seguida, o Vice-Presidente Aldenor comunicou que participou, de forma on-line, de reunião promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Mineiros, cuja pauta tratou da formação e capacitação dos conselheiros para o exercício de suas atribuições no âmbito do controle social. Informou, ainda, sua participação em reunião realizada no FIMTPODER, que abordou a temática da empregabilidade dos atletas. Destacou que, dentre os pareceres apresentados, três trouxeram contribuições relevantes e elementos importantes para o fortalecimento e a consolidação do projeto no Estado de Goiás. A Conselheira Mary Milane Pena, representante da Pestalozzi, comunicou a inauguração de mais duas unidades da instituição nos municípios de Pires do Rio e Miquelândia, ampliando o atendimento às pessoas com deficiência e suas famílias. A Conselheira Suplente Maria Gorete informou que, conforme comunicado anteriormente à Presidência do CEDD/GO por meio de correio eletrônico, havia solicitado, no mês de abril, seu afastamento do cargo de Secretária-Geral da Mesa Diretiva. Na presente reunião, formalizou sua renúncia ao referido cargo, com o objetivo de assegurar a continuidade e o adequado andamento dos trabalhos inerentes à função. Na oportunidade, agradeceu aos conselheiros pelos votos recebidos na eleição para o biênio 2026/2027 e pela confiança nela depositada. Na sequência, o Vice-Presidente Aldenor sugeriu a otimização das mensagens comemorativas encaminhadas aos conselheiros, especialmente aquelas referentes a aniversários e boas-vindas aos novos membros. Propôs que fosse elaborada uma lista mensal dos aniversariantes e dos novos conselheiros, para que as felicitações fossem realizadas de forma conjunta pelo Presidente, em nome da Mesa Diretiva. Em manifestação sobre a proposta, o Presidente Audier Silva Gomes considerou pertinente a sugestão apresentada e, por se tratar de questão administrativa, encaminhou que seja elaborada uma lista dos aniversariantes do mês, a ser divulgada no primeiro dia útil de cada mês pelos canais oficiais do Conselho. Encerramento. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Audier Silva Gomes declarou encerrada a 28ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Goiás – CEDD/GO, às 16h40min. Para constar, eu, Edilma Sales dos Santos, Secretária Executiva do CEDD/GO, lavrei a presente ata, que será submetida à apreciação e aprovação da plenária, que será assinada por mim, pelo Presidente e por um(a) Conselheiro(a). Goiânia, 27 de maio de 2026.

Edilma Sales dos Santos
Secretária Executiva do CEDD/GO

Audier Silva Gomes
Presidente do CEDD/GO

Conselheiro(a) do CEDD/GO

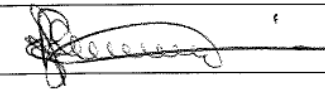
CEDD-GO
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA

28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

27 DE MAIO DE 2026 / 14h

(PRESENCIAL)

CONSELHEIRO	TITULAR / SUPLENTE	POLÍTICA/ÓRGÃO	ASSINATURA
Wilma Aparecida Duarte de Melo	TITULAR	Política Estadual de Assistência Social/SEDS/SUAS	
Aparecida de Fátima de Oliveira	SUPLENTE	Política Estadual de Assistência Social/SEDS/SUAS	
Nicolle Aranha Carvalho	TITULAR	Política Estadual da Criança, Adolescente e Juventude/SUCAJ/SEDS	
Renilton Borges Santana	SUPLENTE	Política Estadual da Criança, Adolescente e Juventude/SUCAJ/SEDS	
Weberson de Oliveira Morais	TITULAR	Política Estadual de Educação/SEDUC-GO	
Andreia Lino do Carmo Bessa	SUPLENTE	Política Estadual de Educação/SEDUC-GO	
Patrícia Gomes Fleuri Cunha	TITULAR	Política Estadual de Desenvolvimento e Inovação/SECTI (SEDI-GO)	
Ana Paula da Costa Oliveira	SUPLENTE	Política Estadual de Desenvolvimento e Inovação/SECTI (SEDI-GO)	
Ana Paula de Moraes	TITULAR	Política Estadual de Desportos e Lazer/SEEL-GO	
Thelma Tavares de Araújo Santos	SUPLENTE	Política Estadual de Desportos e Lazer/SEEL-GO	

CEDD-GO
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA

28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

27 DE MAIO DE 2026 / 14h

(PRESENCIAL)

CONSELHEIRO	TITULAR / SUPLENTE	POLÍTICA/ÓRGÃO	ASSINATURA
Sweyka Brandão	TITULAR	Política Estadual de Cultura, Juventude e Turismo/ SECULT-GO	
Sheilla Cláudia Ribeiro	SUPLENTE	Política Estadual de Cultura, Juventude e Turismo/ SECULT-GO	
Camila Inácia da Mata Marques	TITULAR	Política Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável / SEMAD-GO	
Reginaldo Moreira dos Santos	SUPLENTE	Política Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável / SEMAD-GO	
Juarez Souza Reis Rosa	TITULAR	Política Estadual de Orçamento e Finanças Públicas/ ECONOMIA-GO (SEFAZ-GO)	
Ailton Rocha da Silva	SUPLENTE	Política Estadual de Orçamento e Finanças Públicas/ ECONOMIA-GO (SEFAZ-GO)	Ailton Rocha da Silva
Suely Marques Rosa	TITULAR	Política Estadual de Saúde - GAE/SPAIS/SES-GO	
Rosa Maria Martins Viera	SUPLENTE	Política Estadual de Saúde - GAE/SPAIS/SES-GO	Rosa Maria Martins Viera
Ana Paula de Carvalho Ferreira Fernandes	TITULAR	Política Estadual Planejamento e Desenvolvimento / ECONOMIA-GO (SEGPLAN-GO)	Ana Paula de C. F. Fernandes
Nancy Oliveira Santana	SUPLENTE	Política Estadual Planejamento e Desenvolvimento / ECONOMIA-GO (SEGPLAN-GO)	

CEDD-GO

Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA

28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

27 DE MAIO DE 2026 / 14h

(PRESENCIAL)

CONSELHEIRO	TITULAR / SUPLENTE	POLÍTICA/ÓRGÃO	ASSINATURA
Glaucia Carneiro Gonçalves Costa	TITULAR	Política Estadual do Trabalho, Geração de Emprego e Renda/GERÊNCIA SINE/SEC. DA RETOMADA	
	SUPLENTE	Política Estadual do Trabalho, Geração de Emprego e Renda/GERÊNCIA SINE/SEC. DA RETOMADA	
Edimar Alves Borges	TITULAR	Política Estadual de Transportes/GOINFRA (AGETOP)	
Verena Lustoza Silva	SUPLENTE	Política Estadual de Transportes/GOINFRA (AGETOP)	
Hélio Fogaça da Silva	TITULAR	Política Estadual de Atenção ao Deficiente – SEDS /GEPDPD	
Warleysclene da Silva Santos	SUPLENTE	Política Estadual de Atenção ao Deficiente – SEDS /GEPDPD	Warleysclene da Silva Santos
Audier Silva Gomes	TITULAR	Política Estadual de Turismo	
	SUPLENTE	Política Estadual de Turismo	
Berlânia Sandra Gonçalves	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Auditiva – AMDASGO	Berlânia Gonçalves
Bruno de Faria Silva	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Auditiva – AMDASGO	

CEDD-GO
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA

28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

27 DE MAIO DE 2026 / 14h

(PRESENCIAL)

CONSELHEIRO	TITULAR / SUPLENTE	POLÍTICA/ÓRGÃO	ASSINATURA
Henrique da Silva Machado	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Auditiva – ASG	
Otávio Oliveira Neto	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Auditiva – ASG	
Késia da Silva Caixeta	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Física – Instituto Nanismo	
Linda Lúcia Arantes	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Física – ADFEGO	
Elizabeth Mendes Ramos	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Física – AOG-GO	
Maria Goreti da Silva Rodrigues	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Física – AOG-GO	
Mary Milane Pena Nedino	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Intelectual – FEPESTALOZZI (Federação das Associações Pestalozzi do Estado de Goiás)	
Lourdes Aparecida da Silva	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Intelectual - FEAPAES (Federação das APAES - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)	
Andrea Gutierres Mesquita Gonçalves	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Intelectual – APABB	
João de Deus de Farias Campos Júnior	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Intelectual - APABB	

CEDD-GO
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA

28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

27 DE MAIO DE 2026 / 14h

(PRESENCIAL)

CONSELHEIRO	TITULAR / SUPLENTE	POLÍTICA/ÓRGÃO	ASSINATURA
Aldenor Carneiro dos Santos	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Visual – ADVEG	
Marília Martins de Sousa	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Visual – ADVEG	
Sirlon de Almeida dos Santos	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Visual – ADVEG	Sirlon Santos
Júlio César Silva do Vale	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Visual – ADVEG	
Carlos Eduardo Alves e Souza	TITULAR	Representante das Entidades Não Governamentais Prestadoras de Serviço às Pessoas com Deficiência – VILA SÃO COTTOLENGO	Carlos Eduardo Alves e Souza
Eliezer Rangel Cordeiro	SUPLENTE	Representante das Entidades Não Governamentais Prestadoras de Serviço às Pessoas com Deficiência – AGIR/TEA	
Cairo José Guimarães	TITULAR	Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – SEÇÃO GOIÁS/OAB-GO	
Rondinelio da Costa Silverio	SUPLENTE	Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – SEÇÃO GOIÁS/OAB-GO	

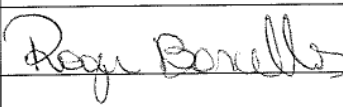
CEDD-GO
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA

28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

27 DE MAIO DE 2026 / 14h

(PRESENCIAL)

CONSELHEIRO	TITULAR / SUPLENTE	POLÍTICA/ÓRGÃO	ASSINATURA
Roger Danillo Barcellos Santos Medeiros	TITULAR	Representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA	
Maria do Socorro de A. Nascimento	SUPLENTE	Representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA	

CEDD-GO
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA

28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

27 DE MAIO DE 2026 / 14h

(PRESENCIAL)

VISITANTE	TELEFONE / CELULAR	ÓRGÃO	ASSINATURA
Valquiria Alves de S. Santos	(62)98129-2720	INTÉRPRETE DE LIBRAS	
Jorge Francisco da Silva	(62)9913-5099	INTÉRPRETE DE LIBRAS	
[illegible]	(62) 9 9473 3278	SEDS	
Pedro de A. Maranhão	(62)98123-9657	MPC Junto ao TCM-GO	
Ana Paula T. de Aguiar Coutinho	(62)985463955	CMDPD - Trindade	
Mariana Peres		MPC TCM	
João Malheiro		Presidente CMDPD Caldazinha	

CEDD-GO

Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA (Servidores do CEDD/GO)

28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

27 DE MAIO DE 2026 / 14h

(PRESENCIAL)

SERVIDOR	FUNÇÃO	ASSINATURA
Edilma Sales dos Santos	Assistente Administrativo do CEDD/GO	
Jesuíta Socorro Silva	Assistente Administrativo do CEDD/GO	
Mauricio Marinho de Jesus	Assistente Administrativo do CEDD/GO	
CATHARINA R. CAIADO CAIXETA	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS - TCM	